



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALEXANDRE SILVEIRA DE AMORIM

O GOVERNO JOÃO GOULART, AS REFORMAS DE BASE E O GOLPE DE 1964

RECIFE
2022

ALEXANDRE SILVEIRA DE AMORIM

O GOVERNO JOÃO GOULART, AS REFORMAS DE BASE E O GOLPE DE 1964

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Marcília Gama da Silva.

RECIFE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A524g

Amorim, Alexandre Silveira de

O Governo João Goulart, as Reformas de Base e o Golpe de 1964 / Alexandre Silveira de Amorim. - 2022.
34 f. : il.

Orientador: Marcilia Gama da Silva.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,
Recife, 2022.

1. João Goulart. 2. Reformas de Base. 3. Golpe de 1964. I. Silva, Marcilia Gama da, orient. II. Título

CDD 909

ALEXANDRE SILVEIRA DE AMORIM

O GOVERNO JOÃO GOULART, AS REFORMAS DE BASE E O GOLPE DE 1964

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Recife, 03 de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marcília Gama da Silva

Professora Dra. Élcia de Torres Bandeira

Professor Dr. Wellington Barbosa da Silva

O GOVERNO JOÃO GOULART, AS REFORMAS DE BASE E O GOLPE DE 1964

Alexandre Silveira de Amorim¹

RESUMO

O artigo apresenta os acontecimentos políticos e econômicos que permearam o Governo João Goulart na Presidência do Brasil (1961-1964), indo da sua posse à sua queda mediante um golpe de Estado civil-militar. Durante sua administração, vivenciou forte turbulência institucional, ameaçado principalmente pelas Forças Armadas, apoiada pela alta burguesia nacional e setores conservadores da população. Em sua gestão, as Reformas de Base, que constituíam um pacote de reformas de caráter social-reformista, sobretudo a agrária, incomodavam os interesses econômicos. Essas reformas também constituíam a fiscal, eleitoral, educacional, urbana, bancária e a taxaçoão de remessa de lucros ao exterior. Naquele contexto, os setores a direita no Brasil iniciaram uma campanha de desgaste institucional do Executivo Federal e finalmente em 1964 efetuaram um Golpe de Estado Civil-Militar bem-sucedido. Assim, instituía-se uma Ditadura que governaria o Brasil pelos próximos 21 anos, sob uma ótica conservadora, pró-latifúndio, e anti-sindical. A metodologia utilizada foi a de análise econômica e política. Consistirá em análises de fontes documentais e de periódicos com o fim de identificar as operações discursivas, culminando em uma revisão bibliográfica. Utiliza-se o método qualitativo, interpretando os processos históricos do tema retratado.

Palavras-chave: João Goulart; Reformas de Base; Golpe de 1964.

ABSTRACT

The article presents the political and economic events that permeated the João Goulart government in the Presidency of Brazil (1961-1964), from its inauguration to its fall through a civil-military coup d'état. During his administration, he experienced strong institutional turmoil, threatened mainly by the Armed Forces, supported by the national high bourgeoisie and conservative sectors of the population. During his administration, the Basic Reforms, which constituted a package of reforms of a social-reformist nature, especially the agrarian one, disturbed economic interests. These reforms also constituted fiscal, electoral, educational, urban, banking and taxation of remittances of profits abroad. In that context, the right-wing sectors in Brazil started a campaign of institutional erosion of the Federal Executive and finally in 1964 they carried out a successful Civil-Military Coup d'état. Thus, a Dictatorship was established that would govern Brazil for the next 21 years, from a conservative, pro-latifundium, and anti-union perspective. The methodology used was economic and political analysis. It will consist of analyzes of documental sources and periodicals in order to identify the discursive operations, culminating in a bibliographic review. The qualitative method is used, interpreting the historical processes of the portrayed theme.

Key-words: João Goulart; Basic Reforms; Coupe d'état of 1964.

¹ Graduando em História pela UFRPE, alexandreamorim1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso– TCC que aborda os acontecimentos históricos do Governo João Goulart² na Presidência do Brasil (1961-1964), seu projeto de governo, edificado nas Reformas de Base³ que levaram ao Golpe Civil-Militar de 1964. Estes elementos centrais se encadeiam como resposta de um ao outro. Este trabalho revisão bibliográfica especializada; ela consiste em obras como A Conquista do Estado, de René Armand Dreifuss, De Getúlio a Castelo, de Thomas Skidmore, O Governo Goulart e o Golpe de 1964, de Caio Navarro de Toledo, Cidadania no Brasil, de José Murilo de Carvalho, O Governo João Goulart, de Moniz Bandeira, O Projeto de Nação de João Goulart, Tese de Doutorado de Cássio Silva Moreira, Brasil Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo, A História das Ligas Camponesas, de Zito da Galileia, O Brasil Contemporâneo, de Sandra Jatahy Pesavento o artigo científico intitulado: João Goulart e as Reformas de Base de Aline de Vasconcelos Silva. E constrói a partir daí, um olhar sobre o Governo João Goulart, por meio de uma ordem cronológica, explicitando os principais atores políticos do período, suas ações e toda a dinâmica histórica decorrida nesses embates. Neste processo, a metodologia utilizada foi a de análise econômica e política. Consistirá em análises de fontes documentais e periódicos com o fim de identificar as operações discursivas, culminando em uma revisão bibliográfica. Utiliza-se o método qualitativo, interpretando os processos históricos do tema retratado.

O aporte teórico baseia-se no materialismo histórico, sob influência da linha marxista. Nesta ótica, as relações sociais são o elemento preponderante da ação histórica. Os meios de produção são a base da transformação, ação e reprodução da ordem social. O Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, (ENGELS; MARX, 2011), imprime este princípio. A luta de classes é um fenômeno extremamente nítido neste conteúdo, e sob este enfoque, as relações conflituosas entre capital e trabalho, servem de lastro ao trabalho desenvolvido. O marxismo aponta que a história da humanidade é movida pela luta de classes, que significa um atrito de interesses entre blocos opostos. Bem como que este choque favorece o desenvolvimento da classe proletária, que aprende a se organizar em bases mais sólidas. O Estado de exceção é resultado de todo este processo, permeado em bases

² João Belchior Marques Goulart (São Borja, 1 de março de 1919 – Mercedes, 6 de dezembro de 1976) foi um político brasileiro, notado por ser o 24º Presidente da República do Brasil, de 1961 a 1964.

³As Reformas de Base foram um pacote de reformas estruturais de caráter social-modernizante, como a agrária, urbana, educacional, tributária, eleitoral, cambial, administrativa e bancária.

detalhadas ao longo do período retratado. A história vista por baixo, pelas classes proletárias, enriquecem a análise e os anseios das classes populares durante a Era Goulart.

Esta pesquisa tem como objetivo estabelecer uma relação entre as reformas de base e o golpe civil-militar de 1964; mostrar que não havia o risco-comunismo no Brasil; e que o projeto de Goulart era nacional-reformista, tendo por matriz o capitalismo e as reformas de bases e em que elas atingiam os interesses das classes proprietárias. O aporte teórico utilizado na perspectiva marxista é trabalhado no sentido de entender a luta de classe travada por setores dominantes e segmentos distintos, que se encontram à margem da sociedade. “A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes”. (ENGELS; MARX, 2011, p.33). Ou ainda, nessa senda: “Em geral, as colisões da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em luta contínua.” (ENGELS; MARX, 2011, p.51).

Entendemos que os conflitos que ensejaram a crise política que antecedeu o golpe militar se deram, na verdade, pelo choque de dois modelos de desenvolvimento, dois projetos de nação. De um lado, um projeto conservador-burguês e do outro, um projeto popular que buscava atender os anseios da classe trabalhadora e dos excluídos que se via no discurso da reforma de base, propagado por Goulart, acirrando os ânimos. Sendo, portanto, a natureza do conflito, entre a classe proprietária e segmentos populares, a base da luta de classes do período.

Na perspectiva foucaultiana, o instrumental teórico utilizado será a análise do discurso no que tange as relações de poder, a disciplina e a coerção, que atuam sobre o indivíduo e as forças políticas. Essa ordem discursiva que é criada e imposta à sociedade diariamente com fim de convencer e cooptar ideologicamente a população, numa perspectiva de controle. É neste mecanismo que se observa os acontecimentos políticos, que são desencadeados sucessivamente entre 1961-1964. Nesta janela temporal, a posse de João Goulart como Presidente do Brasil até a sua queda, que se efetiva mediante um golpe de Estado em 1964, que no nosso entender, obedece a esta ótica. Assim vejamos,

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, “isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1979, p.12).

A fim de proporcionar o entendimento e o papel do discurso na mecânica de poder, importa definir que para Foucault, a produção do conhecimento é organizada pelo que ele denomina de Genealogia do Poder, em que a verdade tem uma história, e que esta possui ligação com comportamentos, decisões, lutas e poder. Nesse viés, como resultados esperados, este trabalho tem a intenção de suscitar o debate sobre o tema, aprofundando o conhecimento sobre os anos que antecederam 1964 que busca desconstruir a narrativa de que o golpe civil-militar de 1964 ocorreu para combater o comunismo, tirando o país de uma iminente comunização.

O Governo Goulart: Sob o signo do golpe

O Governo João Goulart na Presidência da República do Brasil iniciou-se e terminou sob o signo do golpe de Estado (TOLEDO, 1982, p. 7). Naquele contexto, o então Presidente do Brasil era Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional – PTN que renunciara em 25 de agosto de 1961 de modo controverso e pouco compreendido pela historiografia até a atualidade. Como João Goulart era o vice-presidente, institucionalmente era seu direito assumir a presidência. Goulart encontrava-se naquele momento em viagem à China, governada por Mao Tsé Tung do Partido Comunista Chinês – PCC.

Naquele meio tempo, o Congresso Nacional empossou provisoriamente Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara de Deputados Federais após decretarem a vacância do cargo, em 25 de agosto de 1961 na Presidência da República. Foi então que forças reacionárias se posicionaram arbitrariamente contra a posse de João Goulart, sem nenhuma justificativa legal. Entre elas, estavam as Forças Armadas brasileiras, onde três ministros militares lançaram uma nota ao Congresso exigindo o veto da posse. Assim como, a União Democrática Nacional – UDN, partido político conservador.

Naquele cenário, João Goulart era um social-reformista⁴ em que visava apenas modernizar a estrutura brasileira capitalista de terceiro mundo para um capitalismo de primeiro mundo. Em nada tinha de aspirações comunistas. Tinha forte herança trabalhista, herdada do varguismo, e uma simpatia sindical. Quando fora Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas em 1953 ficou conhecido como “o ministro vermelho”. Ele visava também uma maior intervenção do Estado na vida pública e economia.

⁴ Social-reformismo é um princípio político-econômico em que entende a economia capitalista como modelo aceitável, mas desde que o Estado opere reformas que visem melhorar o social.

Já os principais nomes da composição político-partidária brasileira eram a seguinte: o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, partido do Presidente João Goulart tinha um cunho trabalhista, sindicalista e presente nos centros urbanos. Possuía um viés nacional-reformista⁵ sem nenhuma pretensão revolucionária. Havia sido também o Partido de Getúlio Vargas, ex-Presidente do Brasil (1930-1945; 1951-1954); e o próprio Jango fora seu Ministro do Trabalho em 1953.

O Partido Social Democrático – PSD era conservador. Seu projeto era empresarial-modernizante, isto é, atendia os interesses da elite brasileira e suas demandas, como garantia da alta acumulação de capital, Estado apoiador e menor burocracia trabalhista e sindical. Porém havia algumas alas mais simpáticas ao PTB. Entre esses nomes estava o ex-Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que se considerava junto com Jango, um herdeiro político do varguismo. E a União Democrática Nacional – UDN era um partido de metodologia completamente conservadora. Em seu projeto não visava sequer à transformação da plataforma rural-capitalista⁶ para uma capital-modernizante⁷. Era fortemente apoiadora da estrutura latifundiária. Era também o partido de Carlos Lacerda, governador da Guanabara (1960-1965) e ferrenho opositor de Getúlio Vargas e Goulart.

E outro poderoso bloco neste período foram as Forças Armadas. As Forças Armadas brasileiras tinham uma diretriz política de direita, profundamente influenciada pela Escola Superior de Guerra – ESG estadunidense, a *National War College* (DREIFUSS, 1981, p. 79; ARQUIDIOCESE, 1985, p. 57; CARVALHO, 2001, 128). Lá, fizeram intercâmbios após a Segunda Guerra Mundial, onde aprenderam a combater o “inimigo interno”. Este inimigo seria o comunismo. Voltaram sob a paranoia do macarthismo⁸. Esse anticomunismo sofreu uma meiose para um antivarguismo, o que explica nitidamente a conspiração de 1954. A ESG era o núcleo de formação intelectual das Forças Armadas.

É válido lembrar que o Governo João Goulart (1961-1964) foi todo ele vivenciado durante a Guerra Fria (1945-1991), especialmente em um momento de acirramento global. A luta de classes, capitalismo, comunismo, reformismo, todas essas terminologias eram fortemente debatidas pela sociedade civil. O Brasil vivia essa atmosfera política, sobretudo lembrando da bem-sucedida Revolução Cubana (1959) no continente americano.

⁵ Idem.

⁶ Ordem econômica capitalista pós-colonial, típica de ex-colônias de exploração que conservaram esta estrutura.

⁷ Ordem econômica capitalista pós-colonial que visa sua superação e o desenvolvimento socioeconômico

⁸ Doutrina política difundida na década de 1950 pelo senador estadunidense Joseph McCarthy, em que acusava exageradamente indivíduos e organizações da sociedade civil como sindicatos, movimentos educacionais e funcionários públicos de praticarem a comunização dos Estados Unidos da América.

Voltando ao cenário da renúncia de Jânio, e conseqüentemente da tentativa de golpe em João Goulart, um forte apoiador janguista foi Leonel Brizola, seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul – RS pelo PTB. Expressamente um nacional-reformista, ele defendeu a Campanha da Legalidade (SILVA, M, 2007), que foi uma ação política conclamando a população civil a aceitar e exigir a posse de Goulart na Presidência (TOLEDO, 1982, p. 17). Neste processo, organizações simpáticas à causa se somaram: a União Nacional dos Estudantes – UNE, o Comando Geral da Greve – CGG. Uma forte greve nacional foi decretada por este último, angariando setores têxteis, portuários, metalúrgicos, bancários etc.

Tais esforços obtiveram êxito: João Goulart foi empossado Presidente da República do Brasil em 8 de setembro de 1961. É verdade que este processo foi uma vitória parcial, assegurada apenas sob a concessão do presidencialismo ao sistema parlamentarista de governo. Esta imposição deu-se sob articulação do PSD e UDN, que a aprovaram como emenda constitucional. O resultado foi um placar de 236 votos a favor e 55 contra (40 eram do PTB). Acreditavam as forças conservadoras, e até mesmo petebistas que esta alternativa era um mecanismo de garantir a segurança institucional do país. Evidentemente, isso reduziria seus poderes para governar. Goulart, por temer ser golpeado, viu-se obrigado a ceder (DREIFUSS, 1981, p. 383; TOLEDO, 1982, p. 18). E é verdade também que tal sucesso não se deu exclusivamente pela Campanha da Legalidade, mas pela falta de adesão dos setores golpistas naquela atmosfera de polarização.

João Goulart então nomeia para seu 1º Gabinete Ministerial Tancredo Neves – PSD. Tancredo tornava-se uma espécie de *premier* brasileiro. O político mineiro formou um gabinete composto por quatro ministros pessedistas, dois udenistas, e apenas um petebista. Este último era Francisco San Tiago Dantas, na pasta das Relações Exteriores. E no Ministério da Fazenda nomeou-se o banqueiro Walter Moreira Salles, de diretriz ortodoxo conservadora (TOLEDO, 1982, p. 25). Isto ilustra o quão conciliador era o Governo Jango; havia membros udenistas em seu próprio governo!

Entretanto, em seus primeiros meses esse gabinete sinalizou aspectos positivos à causa progressista. Primeiro, cancelou todas as autorizações cedidas à mineradora estadunidense *Hanna Corporation*. A segunda, o reestabelecimento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, rompidas desde a Era Dutra (1945-1950) (TOLEDO, 1982, p. 26). Também neste início de governo, Goulart tecia críticas a certas políticas econômicas do gabinete Tancredo. A reforma cambial foi uma delas. Goulart defendia uma maior intervenção do Estado na economia. Acreditava que o Estado deveria ser o dirigente econômico, operando transformações sociais no país.

Naquele cenário polarizado do início da década de 1960 havia organizações de direita e esquerda. Os projetos eram antagônicos, dificultando a conciliação entre o empresarial-conservador e o nacional-reformismo (DREIFUSS, 1981, p. 488). A sociedade civil se dividiria cada vez mais durante a Era Jango (1961-1964). Inúmeros questionamentos sobre a pobreza estrutural do Brasil emergiram desde o Governo Kubitschek (1956-1961). Ao mesmo tempo, o debate sobre a Guerra Fria e suas ideologias eletrizava cada vez mais núcleos intelectuais; a luta de classes emergia (TOLEDO, 1982, p. 29)

A conjuntura política de então havia desembocado para um choque entre forças políticas. Desde o Queremismo que o bloco empresarial-militar estava em tensionamento com forças sindical-trabalhistas. A diferença é que de 1945 à 1960 diversos cursos políticos foram driblando ou postergando este duelo. Seja o próprio fim da primeira Era Vargas em 1945, sendo sucedido por um representante mais confiável das elites. Oupelo desfecho que o suicídio de Vargas causou ao aniquilar as forças reacionárias, ou mesmo o bem sucedido pacto político, econômico e social que o Governo JK impeliu. Agora, com a inesperada renúncia do representante da burguesia-tecnocrata brasileira, Jânio Quadros, as correntes reacionárias forçaram acirradamente um choque entre forças. O poder migrava diretamente das mãos de seu fiel representante para um petebista ainda mais ousado que Vargas. Ainda sobre isso, Dreifuss (1981, p. 324) pontua neste tensionamento o sucesso eleitoral-ideológico da bandeira nacional-reformista. Desde o quererismo as multidões sentiam-se pela primeira vez no governo. E sua identificação com ícones petebistas só aumentou entre 1945-1960. Logicamente, isso alarmava as elites, que temiam que a ordem pós-senhorial mudasse para um cenário mais agitador.

O debate sobre a reforma agrária efervescia e isso gerava tensão na ordem senhorial. Assim como a sindicalização do campo, algo inédito na história do Brasil. Movimentos sociais despontavam entre as décadas de 1950 e 1960, como as Ligas Camponesas no Nordeste sob a liderança de Francisco Julião e Gregório Bezerra (GALILEIA, 2017, p. 10). E a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco – FETAPE, criada em 1962 em Pernambuco, teve forte protagonismo também (TOLEDO, 1982, p. 79). Neste estado, Julião atuou como líder que convergiu as massas camponesas ao projeto das Ligas, que visavam à reforma agrária, sindicalização e tomada de consciência de classe do campesinato e direitos trabalhistas. Atuaram principalmente no Nordeste brasileiro, tendo nascido em Pernambuco, no Engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão. Paraíba e Rio de Janeiro também foram estados com líderes das Ligas. Inclusive Silva e Soares (2021, p. 36)

afirmam que as décadas de 50, 60 e 70 do século XX foram de acirradas lutas do trabalhador rural por direitos trabalhistas.

Francisco Julião, bacharel em direito, advogou pela causa trabalhista agrária. Também foi eleito deputado federal em 1962, trazendo a pauta do trabalhador rural ao Congresso Nacional. Outra importante organização neste aspecto foi a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que seria criada em 1964. Neste ano, já havia 263 sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e 500 aguardando a legalização (CARVALHO, 2001, p. 139). Na questão agrária, do outro lado havia defensores das grandes propriedades de terra. O modelo agroexportador sob a plataforma latifundiária é consolidado no Brasil desde seu período colonial. O projeto nacional-reformista ansiava uma tímida mudança nesta estrutura, algo que o bloco modernizante conservador rechaçava indubitavelmente.

No âmbito governamental estadual, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, era o principal apoiador de Goulart. E também era um herdeiro político do varguismo. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, foi um importante apoiador do Executivo federal no Nordeste. Este último tinha fortes ligações com a classe camponesa, apoiando-lhe sempre que necessário. Este estado, aliás, teve forte importância além do eixo Rio-Minas-São Paulo. No campo conservador dos estados, um forte opositor a Jango era Carlos Lacerda⁹, governador da Guanabara (1960-1965) pela UDN. O governador de São Paulo Adhemar de Barros, apesar de ser do Partido Social Progressista – PSP era igualmente conservador como a UDN. E Minas Gerais, importante estado na composição geopolítica nacional, era governado por Magalhães Pinto, da UDN.

Naquela composição de forças, nitidamente o campo empresarial-conservador era vitorioso. Os três mais importantes estados do país estavam todos opostos ao Governo Federal. Além de serem politicamente, economicamente e demograficamente mais poderosos, possuíam a vantagem geográfica de interceptar Brasília e abafar possíveis movimentos vindos do Sul ou Nordeste. No campo intelectual progressista, nomes como o antropólogo Darcy Ribeiro, o economista Celso Furtado, o pedagogo Paulo Freire e o geógrafo Josué de Castro defendiam o projeto-nacional reformista (DREIFUSS, 1981, p. 131). Brizola ainda criou o “Grupo dos Onze”, que seria um grupo de viés paramilitar para agir sob mecanismos legais caso a ação golpista efetuasse movimentos (CARVALHO, 2001, p. 137).

⁹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) foi um político brasileiro de direita. Foi um dos mais nítidos expoentes do conservadorismo político no Brasil e ferrenho crítico dos governos Getúlio Vargas e João Goulart.

No campo reacionário o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD destacavam-se na máquina de propaganda e produção intelectual (DREIFUSS, 1981, p. 143). Ambos panfletavam a exaustão o anticomunismo e o antijanguismo, muitas vezes confundindo-os. As rádios, programas de televisão, jornais, revistas, panfletos; todos esses artifícios foram utilizados. O IBAD atuou bastante no financiamento de políticos ligados à UDN. Inclusive, muitos técnicos do IPES atuaram na Ditadura Militar (1964-1985). Vale lembrar que a própria ESG constituía um núcleo intelectual de civis e das Forças Armadas.

A propaganda visava desorganizar as bases do pacto nacional-reformista, assim como de narrativas tanto mais moderadas como o trabalhismo-sindicalista como mais radicais como o comunismo (DREIFUSS, 1981, p. 143). Naquele bojo que compunha toda a esquerda brasileira não havia estruturas capazes de reagir ao IPES/IBAD. Reagiam por vezes com discursos centralistas, tentando acalmar a opinião pública; ora, com discursos entusiastas reivindicando transformações profundas na estrutura brasileira.

Já na composição de forças congressistas, a Frente Parlamentar Nacionalista – FPN constituía um bloco parlamentar. Isto é: Era um bloco extra-institucional, não era um partido político, mas ficou sendo uma terminologia que simbolizava a ala da esquerda parlamentarista brasileira daquela época. Deputados federais, senadores; tudo isso se aderiu à Frente. Por outro lado, a Ação Democrática Parlamentar – ADP era o bloco extra-institucional que representava a direita brasileira. Composta principalmente por congressistas da UDN e PSD, também tinha aparatos satélites nos movimentos de direita da sociedade civil. Já no grande bloco geral das forças de esquerda, sejam elas de governantes políticos, movimentos sociais, entidades sindicais, o ilegal PCB, estava a Frente de Mobilização Popular – FMP.

Na plataforma sindical, surgiam entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT e o Pacto de Unidade de Ação – PUA. Ao longo do breve mandato Goulart, elas atuaram energicamente, inclusive fazendo greves por suas bandeiras políticas (CARVALHO, 2001, p. 137). A direita, como era aversa à causa sindical, manifestava-se na defesa do patronato, da iniciativa privada. Reivindicavam maior liberdade empresarial e menos intervenção do Estado na economia.

No movimento estudantil a UNE destacava-se com seus 100 mil filiados (CARVALHO, 2001, p. 137). Ela tinha relevância nacional, e atuava fortemente nas universidades. Nos cursos de humanas sua ação era ainda mais acentuada. A direita não conseguia nem de longe o mesmo sucesso que grupos de esquerda no movimento estudantil. Seus poucos quadros ficavam à espreita do protagonismo progressista.

Na composição partidária, um partido que vivia uma diferença legal-institucional era o Partido Comunista Brasileiro – PCB, que atuava em muitos desses movimentos supracitados. Estava na ilegalidade desde o Governo Dutra em 1947. O PCB naquele momento era reformista e legalista; havia cindido com o Partido Comunista do Brasil – PC do B, linha que optou pelo radicalismo e orientação do socialismo chinês.

No plano religioso, a Igreja Católica vivenciava um interessante dilema. Tradicionalmente conservadora, via alguns nichos progressistas emergirem. A Juventude Universitária Católica – JUC, e seu desdobramento, a Ação Popular – AP eram movimentos apoiadores da causa nacional-reformista. “O Movimento de Educação de Base – MEB, mantido pela Conferência Nacional dos Bispos, fornecia apoio logístico para o trabalho da AP no movimento de sindicalização rural” (CARVALHO, 2001, p. 138). Aliás, a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB foi importante entidade da Igreja Católica no campo esquerdista, pregando um manifesto em 1963 a favor da reforma agrária (MORAES, 2011, p 41).

Nas Forças Armadas, apesar de majoritariamente reacionária, havia poucos núcleos de inclinação nacionalista. No Rio Grande do Sul, o Comandante do III Exército era um deles, que inclusive posicionou-se contra a tentativa golpista de 1961 (CARVALHO, 2001, p. 135). Outro ponto é que o Baixo-Exército reivindicava o direito de serem eleitos para cargos legislativos, algo que o Alto-exército, reacionário, era terminantemente contra. Essa inquietação jogava os praças para uma atmosfera de simpatia ao janguismo.

Tabela 1 – Correlação de Forças da Era Jango

Setor	Favorável a João Goulart	Contra João Goulart
Partidos Políticos	PTB, fração do PSD, PCB, FPN	UDN, parte do PSD, ADP
Institutos e Propaganda	–	IPES, IBAD e grande imprensa
Igreja	CNBB, JUC, e ala progressista	Ala conservadora da Igreja
Forças Armadas	Baixo-Exército, Sargentos e poucos altos-oficiais	ESG, Alto-Exército
Movimento Estudantil	UNE	–
Agricultura	Camponeses e movimentos sociais do campo	Latifundiários
Sociedade Civil	Frações das Classes Populares	Frações da Classe Média
Capital e Trabalho	Sindicatos, CGT e setores isolados do empresariado	Alta burguesia nacional e internacional

Governadores	Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, de Pernambuco	Carlos Lacerda, da Guanabara, Adhemar de Barros, de São Paulo e Magalhães Pinto, de Minas Gerais
---------------------	----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte 1– Elaborada pelo autor.

Por fim, esta dicotomia, apesar de levada a extremos exagerados principalmente pela direita, inúmeras vezes sofreu tentativas de conciliação. Goulart diversas vezes produzia um discurso de que as reformas iriam inibir animosidades revolucionárias, e que iria desenvolver economicamente o mercado consumidor brasileiro. Por isso mesmo tentava alianças com a estrutura empresarial brasileira, como a pequena e média burguesia nacional, alguns poucos setores do ramo alimentício, industriais e demais nichos empresariais (DREIFUSS, 1981, p. 135).

Chegava então o ano de 1962. A atmosfera política continuava tensa. Greves se tornaram cada vez mais comuns. A situação econômica declinava, tanto com uma desaceleração econômica do PIB, como com a inflação acelerando. Em janeiro de 1962, houve a reunião da Organização dos Estados Americanos – OEA em Punta del Este, Uruguai. Lá, discutiu-se a questão cubana. Os Estados Unidos queriam a expulsão de Cuba do bloco, assim como a instituição de embargos econômicos, diplomáticos e militares à este (TOLEDO, 1982, p. 27). O Brasil teve uma postura soberana: Foi contra, porém, na votação absteve-se.

Esses posicionamentos tornavam a relação EUA – Brasil tensas. Os EUA viam Goulart com apreensão, e ainda mais quando desapropriações de multinacionais eram operadas pelo Executivo nacional ou estaduais. Foi o caso do Rio Grande do Sul, que desapropriou uma empresa telefônica, a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone & Telegraph* – ITT (TOLEDO, 1982, p. 27). Isso enfurecia os EUA, que prontamente votaram a emenda *Hinckenlooper*, que visava suspender qualquer socorro financeiro, político ou militar a países que desapropriassem empresas estadunidenses.

Exatamente por receio de uma reação estadunidense, Goulart emitia um discurso de tentativas amistosas para com os Estados Unidos, inclusive em sua viagem de maio de 1962. Sabia ele que qualquer postura aversa aos EUA daria munição para este apoiar uma ofensiva conservadora para golpeá-lo. Este tênue trapézio atormentou todo o governo Jango. Por isso ele fazia questão de acalmar o mercado, elogiando a iniciativa privada, a moderação. Dizia também, justificando o nacional-reformismo, que isso reforçaria a estrutura do grande capital, e ainda aquietaria as massas. Estas poderiam partir para a revolução em caso de continuísmo da extrema desigualdade. Inclusive, ele parafraseou John Kennedy “aqueles que tornarem

impossível a revolução pacífica, farão inevitável a revolução violenta” (TOLEDO, 1982, p. 29).

Porém, todas essas tentativas sem sucesso. Skidmore apud Toledo (1982, p. 29) já afirmava que os discursos não se sobressaíam a performance econômica janguista, nacionalizações de multinacionais; daí o porquê o Fundo Monetário Internacional – FMI não tinha segurança em Goulart. Por sinal, o FMI constantemente exigia da Administração Goulart ajuste fiscal, arrocho salarial, e corte de gastos em serviços públicos (DREIFUSS, 1981, p. 306). Dessa forma, Jango às vezes conseguia tímidos elogios de raros udenistas, mas esta relação logo voltou a tencionar com seus discursos e ações nacionais-reformistas.

João Goulart desde o começo de sua administração defendia as Reformas de Base. Essas reformas eram um pacote de medidas de caráter social-modernizante. Todas elas tinham coesão entre si; o caráter social-moderado. Elas constituíam o seguinte: Reforma Educacional, Eleitoral, Administrativa, Urbana, Bancária, Tributária, Cambial e principalmente a Reforma Agrária, a mais polêmica entre todas elas (TOLEDO, 1982, p. 53). Havia também a manutenção do aumento do salário mínimo e a taxação de remessa de lucros de multinacionais para o exterior.

Tabela 2– As Reformas de Base do Governo João Goulart

REFORMA	OBJETIVO
Educacional	Fim das cátedras vitalícias e ensino superior voltado as causas sociais
Eleitoral	Direito de voto aos analfabetos e sargentos
Administrativa	O Estado deveria atender mais às necessidades sociais do brasileiro
Urbana	Incentivar construção civil e impedir especulação imobiliária
Bancária	Democratizar o acesso ao crédito
Tributária	Tributar menos no consumo e mais na renda
Cambial	Controlar a circulação de moeda estrangeira
Remessa de Lucros	Taxar o lucro de multinacionais ao exterior
Salário Mínimo	Elevação do Salário Mínimo
Agrária	Destinar terras improdutivas marginais a rodovias e ferrovias federais e açudes para o campesinato

Fonte 2 - Elaborada pelo autor.

A reforma educacional consistia que as universidades deveriam ter mais liberdade de ensino, pondo a pesquisa a serviço do povo brasileiro e interesses nacionais (MOREIRA,

2011, p. 299). Isto é, pesquisar mais a estrutura brasileira, e menos para formação de mercado de trabalho. Bem como o fortalecimento da instituição Escola Pública e gratuita e de cursos profissionalizantes. Outro ponto era a alfabetização de adultos sob o método Paulo Freire. Bem como, o ingresso dos excedentes no ensino superior. E promoveu o fim da vitaliciedade das cátedras universitárias, permitindo novos pesquisadores ocuparem as instituições de ensino.

A **reforma eleitoral** pretendia legalizar o direito de voto dos analfabetos, que eram uma gigantesca porção do povo brasileiro, e eram excluídos do direito político-civil de votar. Assim como conceder aos sargentos o direito de votarem e serem votados para cargos legislativos, algo até então proibido. Bem como pretendia legalizar o Partido Comunista Brasileiro (MOREIRA, 2011, p. 272). Naquele contexto, as forças empresariais-modernizantes sabiam do potencial do voto rural, que era mais adepto ao PTB. Sabia ainda que a legalização do direito de voto aos analfabetos traria uma massa de milhões de eleitores para votar na esquerda (DREIFUSS, 1981, p.140). Isso significava uma ameaça às pretensões senhoriais e conseqüentemente possível mudança na ordem vigente. Controle que a classe proprietária não queria perder.

A **reforma administrativa** visava modernizar a estrutura burocrática do Estado brasileiro. Na visão de Goulart, a máquina estatal precisava atender mais as necessidades do povo brasileiro, de mais equipe técnica qualificada. Assim como aumentar a máquina pública, para atuar em nichos que antes eram ignorados do poder público (MOREIRA, 2011, p. 276).

A **reforma urbana** visava coibir a especulação imobiliária, algo já recorrente na década de 1960. Haviam em torno de 5 milhões de imóveis desocupados (MOREIRA, 2011, p. 304). Assim como incentivar a construção civil. Nesta reforma o governo iria limitar a quantidade de imóveis por pessoa, desapropriando o excedente, desapropriar imóveis ociosos sob um determinado tempo. Assim como venda de imóveis desapropriados para as classes assalariadas e construção de habitacionais sem fins lucrativos, por parte do Estado, para os mais necessitados (MOREIRA, 2011, p. 305).

Na **reforma bancária** o Governo Federal queria criar um Banco Central, um banco rural e outros bancos com fins específicos (MOREIRA, 2011, p. 284). Queria democratizar o crédito, bem como controlar e limitar o redesconto bancário e outras medidas para conter a especulação financeira. E procurou reescalonar a dívida externa do Brasil com o FMI.

Na **reforma tributária**, a administração Goulart pretendia tributar menos no consumo de bens e serviços e mais na renda, especialmente de quem tivesse possessões financeiras. Isto

é: tornar a tributação progressiva, diferente da regressiva em vigente até então (MOREIRA, 2011, p. 277).

A **Reforma Cambial** significava o Estado brasileiro monopolizar o câmbio para ter um balanço de pagamentos mais equilibrado através da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC. O governo não era contra a entrada de capital estrangeiro, desde que controlado e registrado, evitando sonegação das operações cambiais.

Quanto a **Remessa de lucros para o exterior** de empresas multinacionais, o projeto estabelecia que deveria ter um limite de até 10% dos investimentos líquidos feitos no Brasil. Se esse valor estivesse entre 10% e 20%, seria considerado repatriação de capital. E acima de 20% esse lucro seria considerado capital complementar e seria obrigado a ser reinvestido no Brasil, sendo proibido sua alocação para o exterior (DREIFUSS, 1981, p. 131-132).

Correndo por fora das reformas, mas tão importante quanto, foi à política de valorização salarial do **salário mínimo**. Nele o Executivo nacional pretendia a manutenção do seu aumento real, isto é, acima da inflação, algo que vinha acontecendo com relativa constância desde o segundo governo Vargas. Essa postura perante o salário mínimo incomodava as pretensões do alto-empresariado brasileiro. Viam nisso uma minimização de sua acumulação de capital.

Por último, a **reforma agrária** proposta por Goulart em nada tinha de revolucionário. Consistia na desapropriação apenas de terras improdutivas se estivessem em terras marginais a rodovias e ferrovias federais, além de açudes. E sob um, porém: O proprietário de terras seria indenizado sob pagamento de títulos da dívida pública federal e a prazo, não em espécie a vista, como previa a então Constituição Federal de 1946 no parágrafo 16 do artigo 141 (MOREIRA, 2011, p. 294). Com a reforma agrária, a administração Goulart alteraria o artigo 147, propondo o uso da terra para o bem-estar social e a sua desapropriação conforme o seu uso social. Para isto, planejava instituir um órgão específico. Goulart enfatizava como prioridade a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno.

Havia também neste dispositivo uma primeira reivindicação ao proprietário da terra que esta, caso improdutiva, deveria ser utilizada para produção alimentícia. Só depois disso tal propriedade poderia ser designada para fins de reforma agrária. E dar-se-ia também cronologicamente em territórios de maiores tensões e conflitos (MOREIRA, 2011, p. 295). O Executivo priorizava locais acessíveis e próximos aos centros urbanos. Bem como, pretendia fornecer apoio técnico e crédito para o pequeno agricultor beneficiado com esta reforma. E obrigava a quarta cultura para abastecer o mercado interno brasileiro de alimentos. Nitidamente esta reforma era a que mais feria os interesses ruralistas.

Um ponto a se destacar as reformas, principalmente a agrária, é que elas visavam não só a melhoria social da estrutura brasileira, mas o desenvolvimento do capitalismo e seu fortalecimento. Isto é: Visava transformar uma massa de milhões de pessoas que vegetavam na fome para se tornarem consumidores de alimentos, pequenos proprietários, consumirem no mercado geral de bens e serviços... Isso traria um fortalecimento expressivo no comércio, além de coibir surtos revolucionários (SILVA, A, 2019, p. 8). Os autores expressam as reformas, mas Moreira destacou-se em descrever minuciosamente as reformas.

O Presidente anunciava nos seus discursos a essencial necessidade da reforma agrária para a superação da pobreza estrutural do Brasil. Ele anunciou em 1º de maio de 1962, em Volta Redonda – RJ um intenso apelo (TOLEDO, 1982, p. 30-31). Essa postura irritava os grandes proprietários de terra. Viam nisso não só uma perda de capital, por menor que fosse como fantasiavam um cenário “revolucionário”. Estava aí lançada o conflito entre elite latifundiária e a Administração Goulart. Nesse discurso, Goulart estava irritado com a lentidão e moderação do anteprojeto da reforma agrária elaborado pelo gabinete de Tancredo, mais especificamente de Armando Monteiro (PSD), usineiro de Pernambuco (TOLEDO, 1982, p. 31).

Jango queria uma reforma que alterasse a Constituição Federal de 1946, especificamente o §16 do artigo 141, que aferia que a desapropriação de terras para reforma agrária fosse indenizada em dinheiro. Este método seria extremamente oneroso para o Estado brasileiro operar tal reforma. Ele queria indenizar proprietários de terra com pagamentos de títulos da dívida pública (TOLEDO, 1982, p. 31). A partir do discurso de Volta Redonda os apelos pelas Reformas se tornariam mais comuns; por outro lado, os ministros do Gabinete Tancredo Neves sentiam-se sem coesão ideológica suficiente com o Presidente. Visando as eleições de outubro de 1962, em junho todos renunciaram para estarem legalmente aptos com a Justiça Eleitoral, a chamada desincompatibilização funcional (TOLEDO, 1962, p. 32).

O Presidente João Goulart assumiu o governo do Brasil sob uma condição econômica que indicava tensões. Havia baixo crescimento econômico, greves, a inflação, na casa dos 40%, incomodava as massas; a dívida externa situava-se em 30 bilhões de dólares. O câmbio era uma questão turbulenta no início da década de 1960, e a SUMOC¹⁰ e a Instrução 204 causava intensos debates públicos. Bandeira (1978, p. 45) desenha a situação que o Executivo Federal vivia em 1962: déficit do Tesouro Nacional de Cr\$ 280 bilhões, quase 60% da arrecadação tributária. A emissão do papel-moeda estava na cifra de Cr\$ 90 bilhões; já o

¹⁰Superintendência do Crédito da Moeda e do Crédito, instituição mais próxima do que se chama atualmente o Banco Central.

balanço de pagamentos estava em US\$ 400 milhões. Os serviços da dívida externa e remessa de lucros ao exterior situavam-se em US\$ 596 milhões, praticamente o mesmo que o Brasil havia lucrado em exportações aos Estados Unidos naquele ano, US\$ 596 milhões. Acrescenta ainda que a relação que os Estados Unidos impunham ao Brasil era de submissão. Uma curiosa pontuação de remessa ilegais para o exterior era da *The Pernambuco Tramways & Power Co.*, atestando lucro ilegal de Cr\$500 milhões aos seus investimentos (BANDEIRA, 1978, p. 100).

Jango então indicou San Tiago Dantas do PTB para compor o novo gabinete, o que foi rejeitado pelo Congresso Nacional por 174 votos contra 110. San Tiago era claramente trabalhista. A reacionária chapa PSD-UDN não aceitou e indicou Auro de Moura Andrade, conservador do PSD. A reação foi uma fortíssima greve nacional, em 5 de julho de 1962, organizada pelo CGT. Diversos movimentos aderiram, como o PCB, a UNE, setores progressistas da Igreja Católica, sindicatos – todo o campo progressista em geral. Com este impasse político Goulart vasculhou uma opção mais moderada: Brochado da Rocha, do PSD e ex-secretário do Interior e Justiça do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (SKIDMORE, 1982, p. 269).

O Primeiro Ministro Brochado da Rocha imprimia um projeto de governo em 12 de julho de 1962 com as feições de Goulart (MOREIRA, 2011, p. 260). Como petebista defendia e aguçava a necessidade pelas reformas; se sensibilizava com a reforma agrária. Havia um entrosamento ideológico entre ambos. Neste gabinete incluía ele Moreira Sales, Ministro da Fazenda, Ermírio de Moraes no Ministério da Indústria e Comércio, e Afonso Franco no Itamaraty. Rocha parecia ser habilidoso politicamente; trabalhou para convencer a opinião pública para antecipar o plebiscito presidencialista de 1965 para 1963, e com sucesso. Até mesmo alguns setores na direita política concordavam em restaurar os poderes presidencialistas (SKIDMORE, 1982, p. 270).

Entretanto, impasse entre alas nas Forças Armadas sobre o plebiscito os dividiam. Os mais radicais militares viam no horizonte com isso o comunismo; outros entendiam que a legalidade era institucionalmente correta. O prazo para o plebiscito seria até abril de 1963. Mas Jango queria que fosse em outubro de 1962. Foi aí que o General Dantas Ribeiro telegrafou para o Presidente e Ministro da Guerra que essa antecipação poderia gerar um caos revolucionário (SKIDMORE, 1982, p. 271). Foi então que em setembro de 1962 Brochado da Rocha e seu gabinete renunciaram. Justamente devido à estratégia do plebiscito (SKIDMORE, 1982, p. 272).

É então que Hermes Lima é nomeado em setembro de 1962 o terceiro e último primeiro-ministro do governo João Goulart. Este novo governo substituiu o Ministro da Guerra Nelson de Melo por Amauri Kruehl, que era amigo pessoal de Jango. Isso aproximou o Presidente do Alto-Exército. E conseguiu com isso a antecipação do Plebiscito para 6 de janeiro de 1963 (SKIDMORE, 1982, p. 272). Era uma importante vitória política do Governo.

As eleições 1962 foram um termômetro da política brasileira de então, marcada pela polarização. Ícones da direita e esquerda se digladiavam, como Lacerda e Brizola, e obteriam ora sucessos ora fracassos. Brizola, grande expoente da esquerda brasileira foi eleito deputado federal da Guanabara, com uma vitória arrasadora de 269 mil votos, ainda mais levando em conta que ele não tinha ligação nenhuma com o estado (SKIDMORE, 1982, p. 281). Porém, não conseguiu fazer um sucessor no governo do Rio Grande do Sul. Lacerda havia governado a Guanabara e detinha a narrativa no campo da direita, mas via sua base enfraquecida (SKIDMORE, 1982, p. 283). Outra movimentação importante na política nacional foi à eleição de Miguel Arraes para governador de Pernambuco. Este também tinha viés nacional-reformista. E isso fortalecia o bloco janguista, que ganhava um aliado em uma região marcada por profunda miséria, com potencial para crescimento da sindicalização rural e até mesmo surtos revolucionários. Já o IBAD foi um forte patrocinador de candidatos anti-janguistas. Atuou no financiamento destes, em parceria com o IPES, que na propaganda foi fortemente atuante.

E apesar de todas as críticas que o Governo Goulart e líderes como Brizola sofriam, também instigavam simpatizantes, que viam nas reformas uma nova oportunidade para o desenvolvimento do Brasil. Tanto que o PTB aumentou suas cadeiras na Câmara de Deputados Federais de 66 para 104. O nacional-reformismo era almejado pelo povo brasileiro. Porém isso não foi suficiente para abastecer com a potência necessária o apoio parlamentar as reformas estruturais que o governo Goulart desejava. A máquina conservadora da UDN e maioria do PSD via seus patrimônios sob risco. E assim seguiu o governo João Goulart: Sob um cabo-de-guerra entre direita e esquerda.

Foi só em janeiro de 1963 que o Governo João Goulart voltaria ao regime presidencialista, após um plebiscito em que o Presidente instigava o eleitor a votar pelo “sim”. O presidencialismo ganhou com ampla vantagem, na proporção de 5 para 1 nos votos. Sobre esse triunfo, Skidmore (1982, p. 270) faz uma interessante leitura que durante o parlamentarismo João Goulart habilmente atuou para veicular uma imagem de que este sistema de governo era equivocado. Queria com isso antecipar o plebiscito presidencialista de 1965 para 1963, feito que obteve êxito.

Com a volta dos plenos poderes presidencialistas, pairava nos setores conservadores brasileiros o medo (SKIDMORE, 1982, p. 274). Temores de esquerdização acentuada, da construção da “República Sindicalista” e demais animosidades proletárias tomavam conta da narrativa direitista. Daí estavam gestadas nos ciclos mais radicais da esquerda e direita a corrida para a instituição de um golpe; ambos temendo a ação-primeira do outro.

A Administração Goulart seguia agora com nomeação de importantes quadros técnicos e ideológicos, como Celso Furtado no Ministério do Planejamento, que havia dirigido a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE anos antes. Era progressista, intelectualmente entendia as mazelas estruturais do país a serem superadas. Furtado então elaborou o Plano Trienal, que eram medidas econômicas que visavam o ajuste fiscal, contenção da inflação e estabilização da economia brasileira (PESAVENTO, 1994, p. 67). Este plano simbolizava um aceno às classes conservadoras, que significava responsabilidade fiscal e a obediência à ortodoxia econômica.

Evidentemente, tal plano frustrava a esquerda brasileira. Ela via suas bandeiras ameaçadas por estes mecanismos. Mas simultaneamente, sabia que Jango encontrava-se em um delicado jogo de forças, e por isso continuava apoiando-lhe. Outro nome importante nesta nova fase foi San Tiago Dantas, agora como Ministro da Fazenda, assim como Almino Afonso para pasta do Trabalho. Nas Forças Armadas, nomeava para os altos cargos oficiais moderados ou simpáticos ao seu governo. Exemplos são: general Osvaldo Alves, do Rio de Janeiro e Jair Dantas Ribeiro, do Rio Grande do Sul (SKIDMORE, 1982, p. 287). Goulart sabia da importância de ter apoiadores em uma estrutura extremamente aversa a seu governo.

Voltando ao Plano Trienal, este reconhecia que a taxa inflacionária de 52% em 1962 excedia o limite do aceitável. Visava, em até 3 anos, em 1965 abaixar para 10%, assim como manter o crescimento econômico do Produto Interno Bruto – PIB em 7% ao ano (SKIDMORE, 1982, p. 288). Simultaneamente ao Plano Trienal deveriam acontecer as Reformas de Base. Juntas, trariam responsabilidade fiscal e social. O Plano Trienal estabelecia dois elementos centrais para o êxito em aliar crescimento econômico com combate à inflação: A pressão inflacionária produzida por déficits no setor público deveria ser reduzida pelo financiamento do investimento público em alto nível (SKIDMORE, 1982, p. 288). O segundo elemento era que o Estado deveria manter a capacidade de importar através de um refinanciamento da dívida externa. Esta alcançava a cifra de US\$ 564 milhões, equivalente a 45% das exportações do Brasil em 1962 (SKIDMORE, 1982, p. 288). Para seu êxito a política de exportações precisava ser mais agressiva nos manufaturados.

Só que o Plano Trienal era impopular, sobretudo por causa de sua contenção salarial e menor investimento público. Jango inclusive atuou para cortar subsídios na importação do petróleo e trigo, sabendo que isso encareceria o preço dos transportes e pão. Assim como instrumentalizou o câmbio para manter uma maior normalidade do valor real do cruzeiro em relação ao dólar (SKIDMORE, 1982, p. 292). Só que este corte no subsídio do trigo e petróleo acabou gerando um aumento no preço do pão, gerando, no fim das contas, inflação novamente. Inclusive San Tiago foi à Washington tentar não só a renegociação com o FMI, mas incrementar o empréstimo. Conseguiu uma frustrada quantia de US\$84 milhões de dólares, podendo chegar à US\$398 milhões em caso de sucesso no ajuste fiscal (SKIDMORE, 1982, p. 293).

No entanto, naquele primeiro semestre de 1963 a inflação subiu mais intensamente que o esperado, sendo 16% só no primeiro trimestre – o esperado para o ano todo era de 25%. Na questão salarial, o aumento que San Tiago desejava era inferior ao que trabalhadores civis e militares desejavam; isso gerou uma decepção nestas classes (SKIDMORE, 1982, p. 295). No fim das contas, o governo cedeu e deu o desejado aumento. Mas para descontentamento do governo, ainda em maio de 1963 Celso Furtado abandonou o Plano Trienal (SKIDMORE, 1982, p. 295). Era um duro golpe à realidade do Executivo Federal, que via seu governo em uma inflexão.

Naquele ano de 1963, um elemento que fortemente tencionou o governo e grandes proprietários de terras foi o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, que significava inserir legislação trabalhista para o trabalhador rural brasileiro. Era algo inédito, pois a CLT, criada em 1º de maio de 1943, apenas abrangia o trabalhador urbano. O ETR regulamentava as relações capital e trabalho no campo. Ela foi promulgada em 2 de março de 1963 sob a Lei nº 4.214. Podiam observar-se nestes documentos dispositivos constitucionais de melhorias.

Exemplos disso são seus artigos (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1963, p.4):

Art. 25. Os contratos de trabalho rural, individuais ou coletivos, estipularão, conforme os usos, praxes e costumes de cada região, o início e o término normal da Jornada de trabalho, que não poderá exceder oito horas por dia. Art. 28. Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado, poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional.

Sobre o Projeto do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, ele dispunha (VIANA apud MOREIRA, 2011, p. 296):

a) relações de trabalho no campo; b) contrato individual de trabalho; c) carteira profissional; d) duração de jornada de trabalho; e) remuneração e

salário mínimo; f) repouso semanal remunerado; g) férias; h) higiene e segurança do trabalho; i) estabilidade, rescisão do contrato de trabalho e aviso prévio; j) trabalho do menor no meio rural; k) trabalho da mulher no meio rural; l) fundo de assistência e previdência do trabalhador rural; m) Instituto de Previdência e Seguro Social; n) fiscalização à ser exercida; e o) dissídios e respectivos julgamentos.

As tentativas do Poder Executivo perante o congresso para discutir e aprovar as reformas cada vez mais obtinha insucessos. A estrutura empresarial-conservadora era muito bem representada na câmara, o que solapava qualquer tentativa de apelo transformador. Foi assim que ao longo de 1963, João Goulart perdeu o apoio do PSD, que viu suas premissas políticas migrarem para o bloco histórico da UDN (SKIDMORE, 1982, p. 308). O governo federal estava então isolado.

No decorrer daquele ano de 1963 os extremos se acentuavam. Na direita, Lacerda triunfava pela UDN como pré-candidato à Presidência nas eleições de 1965. Na esquerda, Brizola e os movimentos sociais mais exigentes exigiam de Jango medidas mais incisivas. Uma curiosa circunstância era que Brizola, por ser cunhado de Goulart, não poderia se candidatar à Presidente em 1965 porque a legislação impedia-o pelo parentesco (SKIDMORE, 1965, p. 311). Inclusive, a oposição acusava Brizola de proteger setores subversivos. Isso acentuava a migração dos setores centristas do PSD para a UDN. E para completar, San Tiago Dantas destacava-se como ministro e político. Era habilidoso, se posicionava, e conquistava respeito popular. De alguma forma Goulart via nele um concorrente de poder no PTB, e inclusive postulavam que ele poderia ser o candidato do partido a presidente em 1965 (SKIDMORE, 1982, p. 286).

Por fim, Goulart teve o azar de seu ministro San Tiago ter uma enfermidade no pulmão, o que o forçou a dispensá-lo; assim como Celso Furtado, mas este por motivos políticos (SKIDMORE, 1982, p. 306). Na pasta da Guerra, também trocou Kruel por Jair Dantas Ribeiro, do Rio Grande do Sul. E no Ministério do Trabalho, saiu Almino Afonso pelo senador Amauri Silva. Para Ministro da Fazenda foi escolhido Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo e ex-secretário da Fazenda por este mesmo estado. Era famoso por sua opinião centrista. Naquele ano de 1963, aliás, até a esquerda mais radical, ou a chamada “esquerda negativa” começou a endurecer contra o Presidente. Ainda assim, apoiavam-no, sabendo que seu verdadeiro inimigo era complexo empresarial-militar.

A queda de San Tiago e demais ministros, somados aos impasses entre governo brasileiro e Estados Unidos sobre indenizações por desapropriações injetavam mais desconfianças para uma situação já demasiada tensa. Somado a isso, a sindicalização rural

crecencia. Em 1963, o movimento camponês rapidamente emergia como um ator político de relevância cada vez maior. As Ligas Camponesas¹¹ e demais organizações massificavam suas propostas no campo brasileiro (BANDEIRA, 1978, p. 54).

Foi então que um episódio injetou virulentos ânimos no acirramento político de então, a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963. Sargentos da Marinha e Aeronáutica deflagraram uma rebelião em Brasília prendendo o presidente da Câmara dos Deputados e um ministro do Supremo Tribunal Federal – STF (CARVALHO, 2001, p. 140). O motivo da revolta era que o STF havia anulado o direito dos sargentos concorrerem a cargos legislativos. UNE e o CGT apoiaram-nos. O Alto-exército exigia que o Executivo condenasse fortemente à revolta, por entre outras coisas atentar contra a hierarquia das forças armadas, o que não ocorreu.

Após a Revolta dos Sargentos o termômetro político disparou. Naquele final de 1963 as declarações entre esquerda e direita se acirravam. O cúmulo disto foi quando em princípios de outubro Carlos Lacerda em entrevista ao *Los Angeles Times* disse que o governo Goulart podia cair antes do fim do ano. Acrescentou que os militares estavam discutindo se “era melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o fim de seu mandato ou destruí-lo agora mesmo” (BANDEIRA, 1978, p. 130). A alta-cúpula das Forças Armadas consideraram isso uma injúria; e exigiram que o Executivo nacional decretasse estado de sítio para depor Lacerda, que era irresponsável em suas declarações.

No choque deste episódio Goulart conversou com Brizola, que lhe apoiou. Decretado o sítio, o Comando de Paraquedismo das Forças Armadas tentou capturá-lo, sem sucesso; Lacerda desaparecera. Após isso, o Ministério da Guerra ordenou que cessassem as buscas (BANDEIRA, 1978, p. 131). Entretanto, a reação pública foi contrária; nem conseguiu apoio da esquerda, que temia uma agenda autoritária contra os movimentos sociais, e nem à direita, que via nisso uma brecha para aventureirismos ideológicos de Goulart. Goulart então se viu frustrado. Viu inclusive petebistas criticarem esta medida. Percebendo a atmosfera de derrota, retirou o estado de sítio. Era uma forte derrota política para ele (BANDEIRA, 1978, p. 131). Essa coleção de episódios ao longo do Governo Goulart endossava a narrativa empresarial-militar de que um golpe de Estado era necessário.

Somado a isso, Carvalho Pinto renunciou do Ministério da Fazenda, alegando que não havia “mínimas condições necessárias à obtenção de qualquer resultado útil” (BANDEIRA,

¹¹As Ligas Camponesas foram a mais notável organização política do campesinato brasileiro. Situava-se principalmente no Nordeste brasileiro. Defendia reforma agrária e direitos trabalhistas para o campo. Francisco Julião (1915-1999) foi o seu maior líder. Pernambucano, atuou na zona da mata açucareira.

1978, p. 147). O clima azedou perenemente daí em diante entre governo e as elites. Sobretudo, quando cogitou-se nomear Brizola para a Economia, o que não se concretizou e Goulart nomeou o ortodoxo Nei Galvão. Naquele panorama, Goulart percebia que o pálido apoio de alguns setores da burguesia nacional e militares desapareceu. E só lhe restavam às bases populares: os movimentos sociais de esquerda.

E daí as Forças Armadas vociferavam seu vigor anticomunista mais do que nunca. E atuavam na espionagem, que se intensificou, coletando informações sobre os passos de General Assis Brasil como Chefe da Casa Militar da Presidência (BANDEIRA, 1978, p. 130). O clima de desidratação política continuava. Houve um intercâmbio de militares e armamentos dos Estados Unidos ao longo da Era Goulart para as Forças Armadas brasileiras. Principalmente via submarinos. Ou seja: O apoio dos EUA a um golpe já se avistava no horizonte. A certeza de um golpe, de um lado ou de outro, materializava-se. A morte de Kennedy, em 22 de novembro de 1963 não enterrou o projeto dos EUA de impor uma ordem militar-empresarial no Brasil.

Iniciava-se o ano de 1964, após muitos de desgastes políticos. A atmosfera indicava dos dois lados um golpe no horizonte. João Goulart no fim das contas decidiu saltar em direção à esquerda e defesa aberta das reformas de base. Regulamentou enfim a Lei de Remessa de Lucros ao exterior em 23 de janeiro de 1964 (SKIDMORE, 1982, p. 336). O Presidente sentia que não tinha muito tempo no poder, e decidiu ousar. As conversas de bastidores sobre movimentos golpistas se acentuavam naqueles 1964. Foi elaborada uma organização de como os EUA iriam ajudar as forças golpistas brasileiras, com o fornecimento não só de arma, mas apoio logístico na costa brasileira. Para se ter ideia do termômetro político brasileiro naquele momento, em 1963 houve 50 greves no Rio de Janeiro; só em 15 dias de janeiro de 1964 houveram 17 (BANDEIRA, 1978, p. 155). Inclusive, as greves rurais explodiam Brasil adentro.

Foi então que ele determinou que a Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA elaborasse um esboço de Decreto que desapropriasse latifúndios improdutivos em terras marginais a rodovias e açudes. Somado a isso, argumentava a favor da legalização do PCB (BANDEIRA, 1978, p. 155). Mas Goulart era estritamente legalista, e não tinha uma natureza para golpismos ou violência. Mesmo avistando o fantasma do golpe civil-militar, esforçou-se para costurar alianças e uma mobilização do povo brasileiro pela esquerda (BANDEIRA, 1978, p. 156).

Ele agendou comícios pelo Brasil. Foi então que em março de 1964, em uma sexta-feira 13, deflagrou o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro – RJ (CARVALHO,

2001, p. 141). Lá, 200 mil pessoas participaram: trabalhadores, sindicatos, funcionários públicos e defensores da Petrobrás, estudantes e professores universitários, e demais simpatizantes da reforma agrária e das reformas de base como um todo. Na Figura 1, é nítido o fervoroso discurso de João Goulart.

Figura 1 João Goulart e a primeira-dama Thereza Goulart no Comício das Reformas, em 1964.



Fonte: <https://blogdotarso.com/2015/03/12/13-de-marco-de-1964/>

Jango iniciou um discurso inflamado, defendendo euforicamente as reformas. Ali, enfim trocou a razão pelo coração e emocionou uma multidão que lhe apoiava. Havia recentemente assinado dois decretos, um nacionalizando refinaria de petróleo e o outro desapropriando terras marginais às ferrovias e rodovias federais, bem como de açudes (CARVALHO, 2001, p. 142). Jango queria alterar o dispositivo da Constituição em que previa apenas indenização em dinheiro para os proprietários de terra. Queria pagar com títulos da dívida pública, algo que o Congresso Nacional recusava prontamente. Ali estava declarada a guerra contra a alta burguesia nacional, que se sentia assustada. Na Figura 2, o jornal Última Hora, amistoso a social-democracia, ilustra o Comício da Central do Brasil.

Figura 2 Manchete do Jornal Última Hora sobre o sucesso do Comício da Central do Brasil.



Fonte: UNIFESP <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/ultima-hora-o-povo-com-jango-comec3a7a-a-reforma.jpg>

Não demorou muito para a reação emergir. Forças de direita organizaram uma resposta ao Comício das Reformas. Fizeram então em 19 de março de 1964 a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo – SP. Setores conservadores da Igreja, as classes médias, simpatizantes da família tradicional, do patriotismo, da causa empresarial-militar e demais panfletários do anticomunismo aderiram. Especula-se que 500 mil pessoas compareceram (CARVALHO, 2001, p. 142). Este movimento era o cheque naquele tabuleiro de xadrez que as Forças Armadas tanto precisavam para ter o aval popular para a ação golpista.

Em 26 de março o clima político no Brasil era eletrizante. Rumores de golpe de ambos os lados emergiam aos montes. Foi então que os fuzileiros navais deflagram uma revolta, junto com marinheiros em pleno sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Seu líder, cabo Anselmo reivindicava melhores condições de trabalho (CARVALHO, 2001, p. 143). Goulart reagiu substituindo o ministro da Marinha por outro, indicado pelo CGT, que anistiou os revoltosos. Esse episódio enfureceu o alto comando das Forças Armadas. A partir daí, os poucos nomes do Alto-Exército ainda legalistas cederam à narrativa golpista. Para completar, Goulart discursou no dia 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, da Polícia Militar do Rio de Janeiro de modo radical (CARVALHO, 2001, p. 143). Foi então que os golpistas, que

havam planejado o dia 02 de abril de 1964 como data do golpe, anteciparam para o dia 31 de março.

Começa então a logística do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. Em 28 de março General Olímpio Mourão, de Minas Gerais, combinou com general Castelo Branco e ordenou a movimentação de tropas para o Rio de Janeiro. General Guedes avançava rumo à Brasília. A expectativa naquelas horas tirava o fôlego de ambos os lados (CARVALHO, 2001, p. 144). Houve uma última tentativa desesperada do comandante de São Paulo, General Amauri Kruel, de exigir de Jango que ele repudiasse veementemente o CGT e o comunismo. Ele recusou.

Na logística, o apoio estadunidense, intermediado pelo embaixador Lincoln Gordon¹² fornecia gasolina, querosene, suporte logístico. Se necessário, apoio efetivamente militar. Um porta-aviões foi dirigido para o litoral brasileiro com esta finalidade. Conversas com os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara já estavam adiantadas (BANDEIRA, 1978, p. 174). Os EUA, porém, queriam evitar ao máximo o uso militar. Temiam a má-fama de agirem desproporcionalmente. Mas os desdobramentos de março de 1964 não significaram motivo de vergonha na narrativa estadunidense, que se viram aliviadas de conseguirem efetivar o golpe militar-empresarial sem sequer utilizar suas Forças Armadas (BANDEIRA, 1978, p. 175).

Na tarde de 31 de março, curiosamente Kubitschek apelou desesperadamente para Jango solucionar a crise da seguinte maneira: Nomear um ministério conservador, discursar pública e enfaticamente contra o comunismo, punição dos marinheiros revoltosos e outras medidas semelhantes. Juscelino também visava com isso às eleições de 1965, a qual ele era o principal candidato e provável vencedor (BANDEIRA, 1978, p. 179). Para isto, necessitava da estabilidade político-constitucional. Goulart recusou e manteve a tática de enfrentamento. As tropas paulistas somaram-se as mineiras. Na manhã de 1 de abril Jango fugiu do Rio de Janeiro para Brasília. Lá, conversou com seu Ministro da Casa Civil, Darcy Ribeiro, e contou-lhe que lá era inseguro para ele, pois corria risco de vida (BANDEIRA, 1978, p. 183). Goulart então foi para o Rio Grande do Sul as 4h da manhã de 2 de abril. Percebendo o terreno fértil para a consumação do golpe, houve o seguinte:

Na noite de 1º de abril, Darcy Ribeiro enviou ofício ao Congresso Nacional, comunicando que Goulart viajara para Porto Alegre. Não obstante, sabendo que ele se encontrava em território nacional e não renunciara, o Senador Auro Moura de Andrade, Presidente do Congresso, convocou uma sessão extraordinária e, ao abri-la, declarou em breves minutos, violentando as normais constitucionais e o próprio Regimento Interno da Casa, a vacância do cargo, consumando-se, assim, o golpe de Estado. O Sr. Ranieri Mazzilli,

¹² Lincoln Gordon (1913-2009) foi o embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966. Atuou fornecendo informações ao governo dos EUA para a orquestração do golpe civil-militar de 1964.

Presidente da Câmara dos Deputados, chegou dessa maneira ao Palácio do Planalto. (BANDEIRA, 1978, p. 183)

Goulart discutiu a conjuntura política com General Ladário Teles e Brizola que insistiu enfaticamente para organizar uma resistência, ação esta que o Presidente recusou, temendo “derramamento de sangue” (BANDEIRA, 1978, p. 184). Aquela altura, já sabia que a vacância da Presidência havia sido decretada ilegalmente. Ele queria resistir, mas não via bases suficientes para tal. Foi então para São Borja, sua cidade natal. Não queria desertar do Brasil de forma alguma. Naquele decorrer, Miguel Arraes foi preso em 1 de abril em Recife pelo IV Exército, pois era um importante pilar de apoio a Goulart. Era visto como subversivo por forças opositoras. Se livre, certamente seria um apoiador do nacional-reformismo, e notável crítico do golpe civil-militar instituído. Poderia denunciar as ilegalidades operadas pelos golpistas. Posteriormente, foi liberado e exilado para a Argélia em 1965, onde ficou até 1979 com a anistia política.

Então Jango ficou até o dia 4 de abril em solo brasileiro, mas percebendo constantemente que o Exército lhe perseguia. Temendo risco de vida, Goulart então foi para o Uruguai, onde foi exilado até o fim da sua vida, em 1976, onde se suspeita que foi morto por envenenamento. Praticamente não houve resistência, e muito menos dificuldade para a ação golpista. Com a conquista do Estado, o bloco empresarial-militar viu seu empreendimento golpista bem-sucedido. Desorganizou as bases sociais-populistas, gestadas lentamente desde 1930, restaurou a ordem empresarial-conservadora e assegurou a proteção contra radicalismos e reformismos (DREIFUSS, 1981, p. 488).

Em 1964 a aparente intervenção militar provisória instituiu-se uma nova ordem que durariam 21 anos. Era um projeto antítese ao das Reformas de Base: Defendia a ordem latifundiária, exaltava o empresariado como locomotiva econômica, excluía a participação popular, vista como potencialmente revolucionária. Somado a isso, instituía a manutenção dos privilégios econômicos do capital associado, seja ele nacional ou transnacional. Em aspectos sociais, o salário mínimo foi instrumentalizado para decrescer, o que empobreceu a massa trabalhadora e aumentou a concentração de renda. Através do monopólio da força, coibiram qualquer reação com autoritarismo.

CONCLUSÃO

O Governo João Goulart na Presidência do Brasil (1961-1964) foi gerido na defesa de um projeto social-reformista, as Reformas de Base. Ali estavam suas diretrizes econômicas para a modernização do Brasil para o edifício capitalista primeiro-mundista.

João Goulart queria em suas ambições pessoais entrar para história como o Presidente que iria promover este empreendimento. Queria ele promover o maior salto da história no âmbito social, propulsor das relações econômicas, algo sempre muito carente no Brasil. Defendia ele superar esta estrutura atrasada, ainda com pesada argamassa colonialista. Não queria ele a promoção de revoluções na estrutura brasileira, apenas a já explicitada reforma social. Não foi compreendido em seu tempo; foi julgado sob óticas fantasiosas, alimentadas por um delirante discurso de perigo iminente.

O anticomunismo construído como narrativa pelo bloco reacionário, abre uma nova ordem discursiva, que na perspectiva Foucaultiana, nada mais é senão a ascensão de uma velha ordem de mando no país, em detrimento do sufocamento dos anseios das massas. A tentativa de impor o medo e a partir disso, exercer o controle e as rédeas junto à sociedade. Para Foucault, nas relações de poder os blocos se organizam construindo uma “verdade” de acordo com premissas, que irão produzir um efeito no social. A emergência de uma nova ordem aclamada pelas camadas conservadoras da sociedade. Isto claramente se contextualizou nos idos de 1964 e de forma semelhante em 2016, em que mais uma vez é evocado o discurso do anticomunismo, na base dos protestos que se espalharam pelo Brasil a fora.

No cenário político brasileiro atual, em que o choque de narrativas, suscitado a partir de junho de 2013 põe em confronto interesses de classes distintos. Mais uma vez o discurso anticomunista aparece como solução de continuidade a favor dos interesses da burguesia, das oligarquias representadas pelo agronegócio e do alinhamento do Brasil ao capital neoliberal. Provocando forte influência no resultado das Eleições 2014, no Impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e nas Eleições 2018, respingando ainda, nas eleições de 2022.

Assim, o estudo do Governo João Goulart solapado pelas Forças Armadas brasileiras em 1 de abril de 1964, tem muito a nos ensinar. O apoio de um bloco empresarial-militar e parte dos segmentos conservadores da sociedade, catalisados por um discurso de terror a uma possível comunização do Brasil, dão a tônica das operações de tomada de poder e controle que justificaram o golpe. O forte apelo do discurso anticomunista, a ideia da segurança nacional e o combate ao inimigo interno impuseram ao país uma ditadura por 21 anos. Assim, instituiu-se o fim de uma Era Populista para uma nova ordem, que na prática, realçava as velhas estruturas: o latifúndio, as elites econômicas como dirigente político do Brasil e seus privilégios, avessos a qualquer forma de participação popular.

SIGLAS

ADP – Ação Democrática Parlamentar

AP – Ação Popular

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação de Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FETAPE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ITT – International Telephone & Telegraph

JUC – Juventude Universitária Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCC – Partido Comunista Chinês

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PE – Pernambuco

PIB – Produto Interno Bruto

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PUA – Pacto de Unidade de Ação

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo

STF –Supremo Tribunal Federal
SUDENE –Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. 23ª ed. Editora Vozes, Petrópolis. 1985.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)**. 4ªed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1978.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto do Trabalhador Rural**. Brasília, 1963.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 1981.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2011.
- GALILEIA, Zito da. **A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu**. Editora Cepe, Recife. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MOREIRA, Cassio Silva. **O Projeto de Nação de João Goulart**. 2011.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Brasil Contemporâneo**. Ed. Universitária, RS,1994.
- SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as Reformas de Base. **Textos e Debates**. Boa Vista, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019.
- SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**. A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do golpe, volume 3**: mundos do trabalho e dos trabalhadores. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964. 7ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 8ª ed. Editora brasiliense, São Paulo. 1982.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a minha mãe Andrea Carla Silveira de Amorim e meu pai Alexandre Rômulo Alves de Amorim por terem me criado, educado, me formado como ser humano, pelo carinho e toda uma gama infinita de coisas impossíveis de aqui serem elencadas.

A minha avó Maria Auxiliadora, meu avô Leobaldo Carlos, e minha avó Jodernesce por todo suporte, amor e carinho ao longo da minha vida. Bem como à todos os meus familiares pelo apoio, amor, afeto e amizade ao longo de todos estes anos.

Eu agradeço à Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ser minha inspiração máxima na luta por um mundo melhor e mais justo, um mundo em que a solidariedade prevalece acima das relações. Verdadeiramente, obrigado Presidente Lula por me ter feito perceber que o social é a causa mais importante de nossas vidas. A luta contra a fome é a mais nobre causa.

À Presidente Getúlio Dorneles Vargas por ter me influenciado a perceber toda a transformação que seu governo proporcionou ao Brasil, a distinção de forças e os interesses contra e a favor do povo neste país. Sensibilizando-me profundamente em sua Carta Testamento. Verdadeiramente, você mudou o rumo da minha vida. Ensinaste-me que entrar para história é a maior façanha que um ser humano pode conseguir na vida; a ti, serei eternamente grato por isso.

À Presidente João Belchior Marques Goulart por ter verdadeiramente lutado por um Brasil socialmente mais justo, soberano, visando a melhoria do povo brasileiro. Escolheste o lado dos que lutam pela justiça social. Jango, prometo a ti que as Reformas de Base serão feitas um dia.

À minha Professora Marcília Gama pelo conhecimento que me ensinou, pelo empenho e toda sua dedicação na minha formação e na construção de um Brasil mais justo. Bem como à minha banca avaliadora, composta pelos professores Wellington Barbosa e Elcia Bandeira por todo conhecimento, trocas, amizade, carinho e relação vivida.

Aos meus amigos e demais professores do Curso de História, em especial Adrian Xavier pelos momentos vividos. Por fim, agradeço a todos os meus amigos e demais pessoas que passaram pela minha vida.